

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.561.082 - SP (2019/0234571-6)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

AGRAVANTE : RIWENDA - CONSTRUÇOES E NEGOCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA

ADVOGADOS : FLÁVIO RICARDO FERREIRA - SP198445

TIAGO FELIX PRADO E OUTRO(S) - SP263539

AGRAVADO : LUIZ RAFAEL DO NASCIMENTO

ADVOGADO : RAFAEL PINHEIRO AGUILAR E OUTRO(S) - SP184818

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos de RIWENDA – CONSTRUÇÕES E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA., objetivando a reforma da decisão de inadmissão do recurso interposto perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em face de acórdão assim ementado (e-STJ fl. 554):

AGRAVO DE INSTRUMENTO - Cumprimento de sentença - Desconsideração inversa da personalidade jurídica - Insurgência da executada - Descabimento - Agravante que não pagou e não indicou bens à penhora - Decisão que atinge pessoa jurídica que lhe é alheia, como ela própria defende, não demonstrando qualquer prejuízo em razão da medida - Existência de provas em outros processos de que a agravante não quita suas dívidas - Preenchidos os pressupostos legais do art. 50 do Código Civil - AGRAVO DESPROVIDO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ fls. 576/582).

Sustenta estarem presentes os pressupostos de admissibilidade do recurso especial (e-STJ fls. 632/649).

Com contraminuta (e-STJ fls. 654/658), os autos foram encaminhados a esta Corte.

No recurso especial, fundado no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal, a parte recorrente aponta violação aos artigos 17, 19, 489, § 1º, e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015; e 50 do Código Civil de 2002.

Aduz ter havido omissões e ausência de fundamentação na decisão recorrida, relativamente a questões relevantes para o deslinde da causa.

Alega que "[...] a despeito de ser a personalidade jurídica da própria

Superior Tribunal de Justiça

Recorrente a ser desconsiderada, os v. acórdãos recorridos declararam-na parte ilegítima para pleitear direito alheio, relativo à outra pessoa jurídica incluída de forma definitiva no polo passivo do cumprimento de sentença [...]" (e-STJ fl. 590).

Afirma, ainda, que "[...] não se fazem presentes no caso em julgamento os requisitos para a desconsideração inversa da personalidade jurídica da Recorrente [...]" (e-STJ fl. 590).

Com contrarrazões (e-STJ fls. 612/618).

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Consoante o decidido pelo Plenário desta Corte, na sessão realizada em 9.3.2016 – Enunciado Administrativo n. 3 –, o regime de recurso será determinado pela data da publicação do provimento jurisdicional impugnado. Assim sendo, *in casu*, aplica-se o Código de Processo Civil de 2015.

Não assiste razão à agravante.

De início, quanto à apontada ofensa aos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, consoante entendimento consolidado desta Corte Superior, não é omissa nem carece de fundamentação a decisão judicial que, embora decida em sentido contrário aos interesses da parte, examina suficientemente as questões que lhe foram propostas, adotando entendimento que ao órgão julgador parecia adequado à solução da controvérsia.

Registre-se, a propósito, que o órgão julgador não está obrigado a se pronunciar acerca de todo e qualquer ponto suscitado pelas partes, mas apenas sobre os considerados suficientes para fundamentar sua decisão, o que foi feito.

De outra parte, quanto às demais questões aventadas pela parte ora agravante, o Tribunal de origem, ao analisar as circunstâncias fáticas e as provas carreadas aos autos, assim entendeu (e-STJ fls. 555/559):

[...]

Condenada a indenizar e intimada a pagar em sede de cumprimento de sentença (05/07/2017), a executada não realizou qualquer depósito e não ofereceu bens à penhora na fase de cumprimento de sentença, mantendo-se inerte, a não ser para juntar aos autos uma procuração em 19/01/2018 (fls. 216 do incidente de cumprimento de sentença).

Alega que tem inúmeros imóveis capazes de garantir a dívida

Superior Tribunal de Justiça

executada (juntou matrículas no incidente de desconsideração inversa de personalidade jurídica que deu origem a este agravo), porém, ao invés de discriminar um desses bens, comodamente entende que devia o exequente buscar informações junto à ARISP para pedir a constrição de um deles ou pedir o bloqueio de valores antes de pleitear a desconsideração inversa da personalidade jurídica.

Ou seja, de forma pouco ética, defende que o exequente deve exaurir todos os meios de execução enquanto ela (executada) permanece omissa e inerte, manifestando-se nos autos apenas para defender o rito processual que entende pertinente (aquele mais moroso e oneroso às partes e ao próprio Judiciário) e para arguir supostas nulidades, esquecendo-se, contudo e por completo, do seu dever de cooperação processual e de que a execução busca satisfazer o credor não pago.

Além disso, estranhamente a agravante se insurge contra uma decisão que em nada lhe afeta patrimonialmente - o valor executado, por determinação judicial pretérita nos autos de incidente de desconsideração de personalidade jurídica, foi bloqueado em contas pertencentes à empresa Construvenda -, tendo em vista que a desconsideração da personalidade jurídica atinge "outra" pessoa jurídica, que, segundo ela mesma, é lhe estranha, circunstância esta que, em princípio, sequer lhe conferiria legitimidade para interpor este recurso. Com efeito, a agravante apenas pareceu se incomodar com a declaração do juiz de que ela faz parte do mesmo grupo econômico que a empresa Construvenda, mas em momento algum demonstrou qual seria o seu prejuízo com essa associação.

Também não se dispôs a individualizar qual de seus inúmeros imóveis deveria ser constrito e muito menos a depositar o valor devido nos autos, de forma a afastar a constrição sofrida pela empresa Construvenda, com a qual, segundo suas afirmações, não tem qualquer relação. Se a recorrente declara ter meios de pagar a dívida e se não pretende que outra empresa pague pelo seu descaso, deve agir de forma justa e se responsabilizar pelo que deve.

Enfim, basta o preenchimento dos pressupostos legais para que haja a desconsideração da personalidade jurídica (art. 50 do Código Civil), sendo irrelevante que ela seja declarada no incidente de cumprimento de sentença, antes da fase de indicação de bens.

Inócua a alegação de que os documentos mencionados na decisão agravada não se referem a estes autos, tendo sido extraídos de processos diversos pelo agravado, pois não seria lógico determinar bloqueio de bens e valores da agravante quando em outros processos

Superior Tribunal de Justiça

diligências semelhantes restaram infrutíferas.

No mais, merece o édito singular ser mantido tal qual lançado, uma vez que da reanálise do caso, a interpretação é a mesma da sentença, cujos fundamentos transcrevo, porque os estou adotando, a teor do art. 252 do Regimento desta Corte:

"[...]

Não foram localizados bens livres e desembaraçados para a penhora e satisfação total das obrigações inadimplidas. Não há saldo positivo em contas bancárias segundo pesquisa pelo Bacenjud.

O pedido de desconsideração inversa da personalidade jurídica merece acolhida!

O e. Superior Tribunal de Justiça tem admitido a desconsideração da personalidade jurídica da empresa no caso de grupos econômicos, em casos excepcionais, quando verificado que a empresa devedora pertence a grupo de sociedades sob o mesmo controle e com estrutura meramente formal, o que ocorre quando diversas pessoas jurídicas do grupo exercem suas atividades sob unicidade gerencial, laboral e patrimonial e, ainda, quando se visualizar a confusão de patrimônio, fraudes, abuso de direito e má-fé com prejuízo a credores (REsp 968564/RSQUINTA TURMA - Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA - j. 18.12.2 008).

[...]

No caso em exame, denota-se pelas pesquisas e certidão do meirinho que a RIWENDA não dispõe de movimentação financeira ou de patrimônio, tendo ocorrido aparente encerramento irregular. Além disso, consta que a CONSTRUVENDA tem oferecido à venda os imóveis penhorados, de propriedade da executada, tendo ambas as sociedades o mesmo sócio administrador e mesmo endereço, conforme demonstrado a fls. 1-7 deste pedido.

Como se não bastasse, as sociedades têm o mesmo objeto social, sendo evidente que se trata de empresas do mesmo grupo econômico, evidenciando-se entre a RIWENDA e a CONSTRUVENDA sucessão e confusão patrimonial.

Portanto, defiro o pedido de fls. 6 e determino a desconsideração inversa da personalidade jurídica, a fim de determinar a inclusão da CONSTRUVENDA CONSTRUÇÕES E NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA no polo passivo da

Superior Tribunal de Justiça

execução.

[...]

Portanto, rever tais fundamentos do acórdão recorrido demandaria a alteração das premissas fático-probatórias dos autos, mediante o reexame de provas, procedimento vedado em recurso especial, ante o teor da Súmula n. 7 do Superior Tribunal de Justiça. Assim:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. SIMULAÇÃO, PRESENÇA DE CONFUSÃO PATRIMONIAL E DE DESVIO DE FINALIDADE. CIRCUNSTÂNCIAS ATESTADAS PELA CORTE DE ORIGEM. SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. No caso, para refutar as conclusões fáticas alcançadas pela Corte estadual, a respeito da caracterização dos requisitos para a desconsideração da personalidade jurídica da empresa e do esgotamento dos bens dos executados, seria necessário o reexame de provas, providência vedada nesta instância especial, em razão do óbice da Súmula n. 7 do STJ.

4. Agravo improvido.

(AgInt no AREsp n. 1.183.050/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 19/6/2018, DJe 28/6/2018).

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. APRECIÇÃO DE TODAS AS QUESTÕES RELEVANTES DA LIDE PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO ART. 1.022 DO CPC/2015. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. NULIDADE. JUNTADA DE DOCUMENTOS. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO. PREJUÍZO NÃO DEMONSTRADO. ACÓRDÃO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE.

Superior Tribunal de Justiça

SÚMULA N. 83 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

[...]

2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7 do STJ.

3. No caso concreto, o Tribunal de origem analisou a prova dos autos para concluir pela inadmissibilidade da desconsideração da personalidade jurídica. Alterar tal conclusão é inviável em recurso especial.

[...]

5. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp n. 1.351.772/PR, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 27/5/2019, DJe 30/5/2019).

Em face do exposto, nego provimento ao agravo e, ainda, deixo de majorar os honorários nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, visto que o recurso especial foi interposto nos autos de agravo de instrumento que ataca decisão interlocutória na qual não houve fixação de honorários.

Intimem-se.

Brasília, DF, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora